

Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

31 de dezembro de 2014
Relatório dos Auditores Independentes sobre as
Demonstrações Financeiras

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2014

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionista da

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Niterói - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CIEN - Companhia de Interconexão Energética (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da CIEN - Companhia de Interconexão Energética em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2015

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	23.752	5.465	24.116	6.137
Títulos e valores mobiliários	5	22.840	2.001	23.045	3.748
Contas a receber de revendedores	6	39.807	35.637	39.807	35.637
Tributos a compensar	7	24.078	15.141	24.096	15.157
Outros créditos		2.240	2.645	2.256	2.667
Total do ativo circulante		112.717	60.889	113.320	63.346
Não circulante					
Contas a receber de revendedores	6	2.271	2.271	119.697	119.826
Empréstimos com partes relacionadas	13	227.579	206.403	-	-
Tributos a compensar	7	22.145	21.344	28.485	28.025
Depósitos vinculados a litígios		6.536	7.092	6.536	7.092
Tributos diferidos	20	130.275	147.935	139.087	166.888
Imobilizado	9	615.733	654.964	633.613	678.212
Intangível		8.550	7.848	8.861	8.258
Outros créditos		-	-	613	695
Total do ativo não circulante		1.013.089	1.047.857	936.892	1.008.996
Total dos ativos					
		1.125.806	1.108.746	1.050.212	1.072.342

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	10	13.782	27.374	14.239	28.051
Empréstimos e financiamentos	12	2.392	-	2.392	-
Empréstimos com partes relacionadas	13	290.578	295.400	290.578	295.400
Folha de pagamento		5.637	3.837	5.637	3.837
Obrigações fiscais	11	13.866	5.824	23.767	7.208
Parcelamentos de tributos		-	214	-	214
Dividendos	16	30.626	12.636	30.626	12.636
Programa de pesquisa e desenvolvimento		4.480	2.976	4.480	2.976
Outras obrigações	15	8.644	13.088	14.050	16.371
Total do passivo circulante		370.005	361.349	385.769	366.693
Não circulante					
Fornecedores	10	120.777	125.492	118.506	121.005
Empréstimos e financiamentos	12	10.579	-	10.579	-
Empréstimos com partes relacionadas	13	-	-	25.505	19.998
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14	17.697	21.592	17.697	21.592
Provisão para perda em investimentos	8	115.398	57.259	-	-
Outras obrigações		-	-	806	-
Total do passivo não circulante		264.451	204.343	173.093	162.595
Patrimônio líquido					
Capital social	16	285.045	285.045	285.045	285.045
Reservas de lucros		170.216	217.979	170.216	217.979
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		31.879	37.909	31.879	37.909
Ajuste de avaliação patrimonial		4.210	2.121	4.210	2.121
Total do patrimônio líquido		491.350	543.054	491.350	543.054
Total dos passivos e patrimônio líquido		1.125.806	1.108.746	1.050.212	1.072.342

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita líquida	17	279.155	241.167	291.922	256.961
Custo do serviço	18	(86.902)	(89.713)	(90.464)	(94.208)
Lucro bruto		192.253	151.454	201.458	162.753
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	18	(20.002)	(16.629)	(21.861)	(18.450)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	2	(262)	2	(262)
Depreciação e amortização	18	(66)	(78)	(66)	(78)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	18	(2.293)	-	(2.293)	-
Total das despesas operacionais		(22.359)	(16.969)	(24.218)	(18.790)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		169.894	134.485	177.240	143.963
Receitas financeiras	19	41.989	11.500	4.407	2.886
Despesas financeiras	19	(36.746)	(31.714)	(36.943)	(32.344)
Variações cambiais, líquidas	19	48.903	44.000	(15.938)	(11.767)
Equivalência patrimonial	8	(101.977)	(47.333)	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		122.063	110.938	128.766	102.738
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	20	(59.661)	(37.878)	(59.661)	(37.824)
Diferidos	20	(17.660)	(19.855)	(24.363)	(11.709)
Lucro líquido do exercício		44.742	53.205	44.742	53.205

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício		44.742	53.205	44.742	53.205
Outros resultados abrangentes					
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	8	2.089	1.824	2.089	1.824
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		46.831	55.029	46.831	55.029

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
		Capital social	Legal	Reserva estatutária de reforço de capital de giro	Outros resultados abrangentes			
Saldos em 31 de dezembro de 2012		285.045	35.215	219.209	297	-	-	539.766
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	8	-	-	-	1.824	-	-	1.824
Deliberação de dividendos	16	-	-	(39.105)	-	-	-	(39.105)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	53.205	-	53.205
Destinações:								
Reserva legal	16	-	2.660	-	-	(2.660)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	16	-	-	-	-	(12.636)	-	(12.636)
Dividendos adicionais	16	-	-	-	-	(37.909)	37.909	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		285.045	37.875	180.104	2.121	-	37.909	543.054
Efeito de variação cambial sobre controladas no exterior	8	-	-	-	2.089	-	-	2.089
Deliberação de dividendos	16	-	-	(50.000)	-	-	(37.909)	(87.909)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	44.742	-	44.742
Destinações:								
Reserva legal	16	-	2.237	-	-	(2.237)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	16	-	-	-	-	(10.626)	-	(10.626)
Dividendos adicionais	16	-	-	-	-	(31.879)	31.879	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014		285.045	40.112	130.104	4.210	-	31.879	491.350

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	44.742	53.205	44.742	53.205
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	52.612	52.383	55.074	55.435
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2)	981	(2)	981
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.293	-	2.293	-
Tributos e contribuições social diferidos	17.660	19.855	24.363	11.709
Juros e variações monetárias	(40.950)	(7.008)	35.802	30.672
Programa de pesquisa e desenvolvimento	2.792	2.501	2.792	2.501
Resultado de equivalência patrimonial	101.977	47.333	-	-
	181.124	169.250	165.064	154.503
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de revendedores	(6.463)	(3.180)	(6.334)	(495)
Tributos a compensar	(1.418)	(2.875)	(9.399)	(2.249)
Depósitos vinculados a litígios	556	(114)	556	(114)
Outros créditos	405	(680)	6.936	4.882
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(18.307)	15.696	(16.311)	13.714
Obrigações fiscais	8.042	(1.078)	16.559	(904)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	(329)	-	(329)
Outras obrigações	(4.287)	(4.407)	(1.358)	(2.523)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	159.652	172.283	155.713	166.485
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	(20.839)	1.280	(19.297)	749
Mútuos concedidos	-	(707)	-	-
Recebimento de mútuos concedidos	-	3.718	-	-
Recebimento de juros de mútuos concedidos	-	1.088	-	-
Aplicações no intangível e imobilizado	(14.083)	(30.702)	(14.083)	(30.705)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(34.922)	(25.323)	(33.380)	(29.956)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Parcelamento tributos	(214)	(21.764)	(214)	(21.764)
Captação de mútuos	3.001	89.254	3.001	94.749
Pagamento de mútuos	(7.589)	(142.951)	(7.589)	(142.951)
Pagamento de juros de mútuos	(33.324)	(26.885)	(33.324)	(26.885)
Captação de empréstimos e financiamentos	13.126	-	13.126	-
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(196)	-	(196)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(702)	-	(702)	-
Dívidas pagas	(80.545)	(39.105)	(80.545)	(39.105)
Aumento de capital de investimento no exterior	-	(3.718)	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(106.443)	(145.169)	(106.443)	(135.956)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	2.089	1.824
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	18.287	1.791	17.979	2.397
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.465	3.674	6.137	3.740
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	23.752	5.465	24.116	6.137
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	18.287	1.791	17.979	2.397

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. Informações gerais

A CIEN - Companhia de Interconexão Energética (“Companhia” ou “CIEN”), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, é uma sociedade de capital fechado e tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Neste sentido, a Companhia promoverá o estudo, planejamento e construção das instalações relativas a sistemas de produção, transmissão, conversão e distribuição de energia elétrica. Também poderá promover a implementação de projetos associados, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos que vier a prestar, podendo, inclusive, participar em outras sociedades.

Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da Companhia à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - RAP, pela ANEEL.

A equiparação comercial e técnica da Companhia a uma transmissora de energia nas duas linhas tem prazos definidos de 9 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022.

Por meio da Resolução Homologatória nº 1.756 de 24 de junho de 2014, a ANEEL homologou RAP no montante de R\$ 315.270, para o período 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015, e parcela de ajuste referente a repasses superiores no montante de R\$ 3.488. O período de revisão da RAP é anual, ocorrendo sempre no mês de junho de cada ano. A cada quatro anos a Companhia será submetida a uma revisão das bases para cálculo e homologação da RAP.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de fevereiro de 2015.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é assim resumida:

	<u>Percentual de participação (%)</u>	<u>Direta</u>
Controladas		
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S.A. (*)	99,99	99,99
TESA - Transportadora de Energia S.A. (*)	99,999	99,999

(*) Investidas no exterior

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a CTM - Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. e TESA - Transportadora de Energia S.A., localizadas na Argentina e que fazem parte do sistema de transmissão de Interconexão Internacional.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.4. Conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da CIEN determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são convertidas para o Real na data do fechamento.

As demonstrações financeiras das controladas CTM e Tesa são originalmente elaboradas em pesos argentinos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2014 - ARS 1,00 - R\$0,3172, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 2013 - ARS 1,00 - R\$0,3594), e as contas de resultado, pela taxa média mensal, o que não apresenta diferença relevante para a conversão pela data das transações.

As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A receita de transmissão é reconhecida com base em documento específico (Resolução Homologatória) emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, emitido anualmente e com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão.

Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.6.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outros ativos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Mensuração subsequente

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

2.6.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.6.1.2. Contas a receber

As contas a receber referem-se aos créditos de disponibilização da rede de transmissão de energia elétrica, contabilizadas pelo regime de competência. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo.

2.6.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

2.6.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

2.6.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 38 (“CPC 38”), a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivo. Ganhos e perdas para a negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia e suas controladas não possuem nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

2.6.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

2.7. Investimentos

O investimento em controlada é contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação acionária na controlada.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A participação societária na controlada é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível à Companhia.

As demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento.

2.8. Imobilizado

Em imobilizações em serviço, o ativo imobilizado é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, conforme Nota 9.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.9. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.11. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.12. Impostos

2.12.1. Impostos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

2.12.2. Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e

Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- ▶ Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- ▶ Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

2.13. Taxas regulamentares

A Companhia por atuar em um setor regulado está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares são as seguintes:

2.13.1. Reserva Global de Reversão (“RGR”)

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação do ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

2.14. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.15. Participações nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.16. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (“CPC 25”) e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (“ICPC 08”), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

2.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2014

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2014. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia.

► Orientação Técnica – OCPC08 (“OCPC08”)

A OCPC 08 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis normatizou o reconhecimento de determinados ativos e passivos nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das distribuidoras de energia elétrica, emitidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Essa orientação não tem impacto sobre a Companhia, visto que esta se qualifica como transmissora de energia.

► Entidades de investimentos (alterações ao CPC 36 (R3), CPC 45 e CPC 35 (R2))

Essas alterações contemplam uma exceção à exigência de consolidação para que entidades atendam à definição de uma entidade de investimento de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e devem ser aplicadas retrospectivamente, podendo usufruir de certa desobrigação no período de transição. A exceção à consolidação exige que entidades de investimento contabilizem as operações das controladas a valor justo por meio do resultado. Essas alterações não têm impacto sobre a Companhia, visto que esta não se qualifica para ser uma entidade de investimento, de acordo com o CPC 36 (R3).

► Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros – alterações ao CPC 39

Essas alterações esclarecem o significado de “atualmente goza de direito legalmente exequível de compensação” e dos critérios para mecanismos de liquidação não simultânea de câmaras de compensação, sendo aplicadas retrospectivamente. Essas alterações não têm impacto material sobre a Companhia.

► Renovação de derivativos e continuação da contabilização de hedge – alterações ao CPC 38

Essas alterações contemplam a desobrigação de contabilizar hedges descontinuados quando a novação de um derivativo designado como instrumento de hedge atender a determinados critérios e a aplicação retrospectiva for exigida. Essas alterações não causam impacto sobre a Companhia.

► ICPC 19 / IFRIC 21 – Tributos

A ICPC 19 esclarece que uma entidade reconhece os tributos de um passivo quando ocorre a atividade que dá origem ao pagamento, conforme previsto na legislação

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

pertinente. No caso de um tributo originado ao se atingir um limite mínimo, a interpretação esclarece que nenhum passivo deve ser previsto antes de se atingir o limite mínimo especificado. A aplicação retrospectiva é exigida pela IFRIC 21 e não tem impacto sobre a Companhia, visto que esta aplicou os princípios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, alinhados com as exigências da IFRIC 21 em exercícios anteriores.

2.18. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2014

O International Accounting Standards Board - IASB emitiu e revisou as seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Companhia:

► IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substituiu a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas. A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A adoção da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração dos ativos financeiros da Companhia, não causando, no entanto, nenhum impacto sobre a classificação e mensuração dos passivos financeiros da Companhia.

► IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas

A IFRS 14 é uma norma opcional que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes. A norma exige divulgações sobre a natureza e os riscos associados com a regulação de tarifas da entidade e os efeitos dessa regulação sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. A IFRS 14 está em vigor para os períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após essa data.

► Alterações na IAS 19 – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições por parte do Empregado

A IAS 19 exige que uma entidade considere contribuições por empregados ou terceiros ao contabilizar planos de benefícios definidos. Sempre que as contribuições estiverem ligadas a serviços, devem ser atribuídas a períodos de serviços como um benefício negativo. Essas alterações esclarecem que, se o valor das contribuições for independente da quantidade de anos de serviço, permite-se que uma entidade reconheça essas contribuições como redução no custo de serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar as contribuições aos períodos de serviço. Essa alteração está em vigor para períodos anuais que se iniciam em 1º de julho de 2014 ou após essa data.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e a estimativa de valor recuperável.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa e contas correntes bancárias	1.459	157	1.823	829
Aplicações financeiras	22.293	5.308	22.293	5.308
Total de caixa e equivalentes de caixa	23.752	5.465	24.116	6.137

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos tem alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CDB - Certificado de Depósito Bancário	6.547	2.702	6.547	2.702
Operações compromissadas	15.746	2.606	15.746	2.606
Total de aplicações financeiras	22.293	5.308	22.293	5.308

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor. Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as aplicações financeiras classificadas como fundos de investimento exclusivos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Fundos de investimentos				
Bônus da república argentina	-	-	205	1.747
Total de fundos de investimento	-	-	205	1.747
Fundos de investimentos exclusivos				
Títulos públicos	22.840	581	22.840	581
Fundos de investimentos	-	1.270	-	1.270
Outros	-	150	-	150
Total de fundos exclusivos	22.840	2.001	22.840	2.001
Total de títulos e valores mobiliários	22.840	2.001	23.045	3.748

Através de fundos exclusivos, a Companhia e suas controladas aplicam seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

6. Contas a receber de revendedores

	Controladora					
	A vencer e		Vencidos a mais de 90 dias		Total	
	vencidos ate 90 dias					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.553	1.443	128.297	128.297	129.850	129.740
Tractebel Energia S.A.	1.018	872	70.772	70.772	71.790	71.644
CHESF	2.587	2.768	-	-	2.587	2.768
ELETROPAULO	2.200	1.527	-	-	2.200	1.527
ELETRONORTE	1.995	2.064	-	-	1.995	2.064
CEMIG	2.660	2.025	-	-	2.660	2.025
COPEL	2.186	1.535	-	-	2.186	1.535
LIGHT	1.185	757	-	-	1.185	757
CPFL	1.387	938	-	-	1.387	938
CESP	1.301	1.289	-	-	1.301	1.289
CELESC	957	581	-	-	957	581
BANDEIRANTE	783	476	-	-	783	476
CBA	394	217	923	720	1.317	937
AMAZONAS DISTRIB	598	-	716	-	1.314	-
ENERGIA SUSTENTÁVEL	271	-	-	-	271	-
PIRATININGA	455	-	-	-	455	-
ELEKTRO	697	441	-	-	697	441
UTE	542	592	-	-	542	592
EPASA	36	39	427	427	463	466
COELBA	669	344	-	-	669	344
CEEE	521	407	-	-	521	407
ESCELSA	355	-	-	-	355	-
CELG	449	301	-	-	449	301
SAESA	1.913	905	-	-	1.913	905
CELPE	289	-	-	-	289	-
CELPA	407	159	237	237	644	396
Contas a receber de partes relacionadas (vide nota 13)	956	632	2.271	2.271	3.227	2.903
Outros	7.941	10.446	354	810	8.295	11.256
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(198.224)	(196.384)	(198.224)	(196.384)
Total	36.305	30.758	5.773	7.150	42.078	37.908
Circulante	36.305	30.758	3.502	4.879	39.807	35.637
Não circulante	-	-	2.271	2.271	2.271	2.271

	Consolidado					
	A vencer e		Vencidos a mais de 90 dias		Total	
	vencidos ate 90 dias					
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Furnas Centrais Elétricas S.A.	1.553	1.443	128.297	128.297	129.850	129.740
Tractebel Energia S.A.	1.018	872	70.772	70.772	71.790	71.644
CHESF	2.587	2.768	-	-	2.587	2.768
ELETROPAULO	2.200	1.527	-	-	2.200	1.527
ELETRONORTE	1.995	2.064	-	-	1.995	2.064
CEMIG	2.660	2.025	-	-	2.660	2.025
COPEL	2.186	1.535	-	-	2.186	1.535
LIGHT	1.185	757	-	-	1.185	757
CPFL	1.387	938	-	-	1.387	938
CESP	1.301	1.289	-	-	1.301	1.289
CELESC	957	581	-	-	957	581
BANDEIRANTE	783	476	-	-	783	476
CBA	394	217	923	720	1.317	937
AMAZONAS DISTRIB	598	-	716	-	1.314	-
ENERGIA SUSTENTÁVEL	271	-	-	-	271	-
PIRATININGA	455	-	-	-	455	-
ELEKTRO	697	441	-	-	697	441
UTE	542	592	-	-	542	592
EPASA	36	39	427	427	463	466
COELBA	669	344	-	-	669	344
CEEE	521	407	-	-	521	407
ESCELSA	355	-	-	-	355	-
CELG	449	301	-	-	449	301
SAESA	1.913	905	-	-	1.913	905
CELPE	289	-	-	-	289	-
CELPA	407	159	237	237	644	396
Contas a receber de partes relacionadas (vide nota 13)	956	632	119.697	119.826	120.653	120.458
Outros	7.941	10.446	354	810	8.295	11.256
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(198.224)	(196.384)	(198.224)	(196.384)
Total	36.305	30.758	123.199	124.705	159.504	155.463
Circulante	36.305	30.758	3.502	4.879	39.807	35.637
Não circulante	-	-	119.697	119.826	119.697	119.826

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada CIEN possui contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, respectivamente, nos montantes de R\$ 129.850 e R\$ 71.790 (R\$ 129.740 e R\$ 71.644 em 2013) correspondentes ao faturamento de encargos de potencia e energia associada, os quais não foram pagos em anos anteriores. A Companhia com base em sua melhor estimativa quanto ao recebimento dos valores envolvidos possui registrada uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$ 196.384. O saldo remanescente do contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, registrados no ativo circulante, no valor total de R\$ 5.256, refere-se ao faturamento oriundo da nova atividade da Companhia quando equiparada a uma transmissora.

Os saldos de contas a receber classificados como outros estão relacionados aos recebimentos devidos à Companhia oriundos da utilização da rede de transmissão de energia de sua propriedade por demais agentes do setor elétrico. Por se tratarem de saldos extremamente pulverizados, não foi efetuada a abertura analítica do grupo.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa encontra-se disposta abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	(196.384)
Adições	(2.293)
Baixas	453
Saldo em 31 de dezembro de 2014	<u>(198.224)</u>

7. Tributos a compensar

	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
PIS e COFINS	7.485	5.084	22.145	21.344
Imposto de renda e contribuição social	16.593	10.057	-	-
Total	<u>24.078</u>	<u>15.141</u>	<u>22.145</u>	<u>21.344</u>

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
PIS e COFINS	7.485	5.084	22.145	21.344
Créditos de IVA	18	16	5.974	6.276
Imposto de renda e contribuição social	16.593	10.057	366	405
Total	<u>24.096</u>	<u>15.157</u>	<u>28.485</u>	<u>28.025</u>

Em anos anteriores, a Companhia efetuou pagamentos de PIS e COFINS além do que era devido no curso normal das suas operações. Como consequência, a Administração entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos.

Os créditos de Imposto sobre o Valor Agregado (“IVA”) se originaram da construção do sistema de transmissão das controladas CTM e TESA, localizadas na Argentina. Tais créditos são recuperados à medida em que as Companhias transmitem energia para o Brasil, através do mecanismo de pedido de restituição às autoridades fazendárias da Argentina.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

8. Investimentos

	Quantidade de ações	31/12/2014						
		Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital %	Resultado do exercício	Variação cambial	Equivalência patrimonial	Investimento
TESA Transportadora de Energia S.A.	99.999	36	(66.573)	99,999%	(57.772)	2.039	(57.772)	(66.573)
CTM - Companhia de Transmisión del Mercosur S.A.	14.175.999	6.593	(48.830)	99,99%	(44.205)	50	(44.205)	(48.825)
Total		6.629	(115.403)		(101.977)	2.089	(101.977)	(115.398)

	Quantidade de ações	31/12/2013						
		Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação no capital %	Resultado do Exercício	Variação Cambial	Equivalência Patrimonial	Investimento
TESA Transportadora de Energia S.A.	99.999	36	(40.860)	99,999%	(28.012)	2.300	(28.012)	(40.860)
CTM - Companhia de Transmisión del Mercosur S.A.	14.175.999	6.593	(16.401)	99,99%	(19.321)	(476)	(19.321)	(16.399)
Total		6.629	(57.261)		(47.333)	1.824	(47.333)	(57.259)

A movimentação dos investimentos está disposta no quadro abaixo:

	31/12/2014			31/12/2013		
	TESA	CTM	Total	TESA	CTM	Total
Saldo inicial	(40.860)	(16.399)	(57.259)	(18.866)	3.398	(15.468)
Aumento de capital	30.023	11.726	41.749	3.718	-	3.718
Variação cambial	2.039	50	2.089	2.300	(476)	1.824
Equivalência patrimonial	(57.772)	(44.205)	(101.977)	(28.012)	(19.321)	(47.333)
Saldo final	(66.570)	(48.828)	(115.398)	(40.860)	(16.399)	(57.259)

Em dezembro de 2014, as controladas CTM e TESA efetuaram a capitalização de parte dos mútuos que detinham com a CIEN, tendo como consequência um aumento no capital das controladas no exterior no valor de R\$ 41.749. Referida transação foi aprovada em reunião do Conselho de Administração em 30 de setembro de 2014.

9. Imobilizado

Descrição	Vida útil (anos)	Controladora					
		Custo histórico		Depreciação acumulada		Imobilizado líquido	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Transmissão							
Terrenos		1.076	1.076	-	-	1.076	1.076
Edificações	30	82.198	81.187	(48.136)	(45.414)	34.062	35.773
Máquinas e equipamentos	29	1.151.343	1.149.102	(647.978)	(598.353)	503.365	550.749
Veículos	7	2.239	1.767	(1.405)	(1.276)	834	491
Móveis e utensílios	16	638	540	(206)	(181)	432	359
		<u>1.237.494</u>	<u>1.233.672</u>	<u>(697.725)</u>	<u>(645.224)</u>	<u>539.769</u>	<u>588.448</u>
Administração							
Máquinas e Equipamentos	6	217	217	(199)	(174)	18	43
Veículos	7	124	124	(124)	(124)	-	-
		<u>341</u>	<u>341</u>	<u>(323)</u>	<u>(298)</u>	<u>18</u>	<u>43</u>
Total do imobilizado em serviço		<u>1.237.835</u>	<u>1.234.013</u>	<u>(698.048)</u>	<u>(645.522)</u>	<u>539.787</u>	<u>588.491</u>
Em curso:							
Transmissão		74.996	65.794	-	-	74.996	65.794
Administração		950	679	-	-	950	679
Total do imobilizado em curso		<u>75.946</u>	<u>66.473</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>75.946</u>	<u>66.473</u>
Total do imobilizado		<u>1.313.781</u>	<u>1.300.486</u>	<u>(698.048)</u>	<u>(645.522)</u>	<u>615.733</u>	<u>654.964</u>

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

9. Imobilizado--Continuação

Descrição	Vida útil (anos)	Consolidado					
		Custo histórico		Depreciação acumulada		Imobilizado líquido	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Transmissão							
Terrenos		1.076	1.076	-	-	1.076	1.076
Edificações	30	85.253	84.651	(50.072)	(47.435)	35.181	37.216
Máquinas e equipamentos	28	1.200.629	1.204.945	(680.530)	(632.439)	520.099	572.506
Veículos	7	2.380	1.927	(1.519)	(1.390)	861	537
Móveis e utensílios	16	652	557	(220)	(196)	432	361
		1.289.990	1.293.156	(732.341)	(681.460)	557.649	611.696
Administração							
Máquinas e Equipamentos	7	217	217	(199)	(174)	18	43
Veículos	7	124	124	(124)	(124)	-	0
		341	341	(323)	(298)	18	43
Total do imobilizado em serviço		1.290.331	1.293.497	(732.664)	(681.758)	557.667	611.739
Em curso:							
Transmissão		74.996	65.794	-	-	74.996	65.794
Administração		950	679	-	-	950	679
Total do imobilizado em curso		75.946	66.473	-	-	75.946	66.473
Total do imobilizado		1.366.277	1.359.970	(732.664)	(681.758)	633.613	678.212

A movimentação do imobilizado no exercício está disposta no quadro abaixo:

	Controladora				
	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.234.013	(593.224)	640.789	36.080	676.869
Adições	-	(52.298)	(52.298)	30.393	(21.905)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.234.013	(645.522)	588.491	66.473	654.964
Adições	-	(52.526)	(52.526)	13.295	(39.231)
Transferências	3.822	-	3.822	(3.822)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.237.835	(698.048)	539.787	75.946	615.733
	Consolidado				
	Em serviço			Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.302.775	(631.650)	671.125	36.080	707.205
Adições	3	(55.293)	(55.290)	30.393	(24.897)
Efeito de conversão de controlada no exterior	(9.281)	5.185	(4.096)	-	(4.096)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.293.497	(681.758)	611.739	66.473	678.212
Adições	-	(54.942)	(54.942)	13.295	(41.647)
Transferências	3.822	-	3.822	(3.822)	-
Efeito de conversão de controlada no exterior	(6.988)	4.036	(2.952)	-	(2.952)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.290.331	(732.664)	557.667	75.946	633.613

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa Nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Banco de capacitores	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Conversor de frequência	6,67%
Estrutura (poste, torre)	2,70%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Reator (Resistor)	2,78%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Veículos	14,29%

10. Fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CYMI do Brasil	7.475	11.477	7.475	11.477
Nexans Brasil	140	2.610	140	2.610
Brametal - Brandão Metalúrgica	277	2.096	277	2.096
ABB Ltda.	108	1.977	108	1.977
Alstom Grid Energia	417	1.165	417	1.165
Furuwaka Industrial	101	499	101	499
Mapfre Vera Cruz seguradora	1.214	2.440	1.214	2.440
Cotesa Engenharia	337	318	337	318
Abdo, Ellery e assoc.	109	209	109	209
Partes relacionadas (vide nota 13)	120.878	125.540	118.607	121.053
Outros	3.503	4.535	3.960	5.212
Total	134.559	152.866	132.745	149.056
Circulante	13.782	27.374	14.239	28.051
Não circulante	120.777	125.492	118.506	121.005

11. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	8.337	2.590	8.337	2.590
Imposto de renda retido na fonte - IRRF e contribuição social retida na fonte - CSRF	1.414	671	1.414	671
Programa de integração social - PIS	481	344	481	344
Contribuição para financiamentos da seguridade social - COFINS	2.211	1.579	2.211	1.579
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	162	82	162	82
Outros	1.261	558	11.162	1.942
Total	13.866	5.824	23.767	7.208

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

12. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

		Controladora e consolidado			
		31/12/2014			
Taxas	Circulante			Não circulante	
	Principal	Juros	Total	Principal	
BNDES (Finame) (a)	3,5% a.a.	236	2	238	1.063
BNDES (Finame seccionamento) (b)	TJLP + 2,8% a.a.	2.115	39	2.154	9.516
Total		<u>2.351</u>	<u>41</u>	<u>2.392</u>	<u>10.579</u>

	Início	Vencimento	Tipo de amortização	Garantias	Encargos financeiros
BNDES (Finame) (a)	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	3,5% a.a.
BNDES (Finame seccionamento) (b)	24/03/2014	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8% a.a.

- a) BNDES Finame: Financiamento, no montante total de R\$ 3.296, destinados ao projeto de implantação de reforços na rede básica de transmissão de energia elétrica da CIEN, por meio do seccionamento de linha de transmissão Garabi II, o qual foi contratado junto ao banco Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2014 a Companhia havia sacado 40% do valor contratado.
- b) BNDES Finame seccionamento: Financiamento, no montante de R\$ 29.520, destinados à aquisição de máquinas e equipamentos nacionais necessários à implantação de reforços na rede básica de transmissão de energia elétrica da CIEN, por meio do seccionamento de linha de transmissão Garabi II, o qual foi contratado junto ao banco Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2014 a Companhia havia sacado 40% do valor contratado.

Nos financiamentos junto ao BNDES, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2014:

Contratos	Obrigações especiais financeiras	Limite
BNDES	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	0,60

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, excluindo os efeitos dos custos de transação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

	31/12/2014
2016	2.351
2017	2.351
2018	2.351
2019	2.351
2020	1.175
Total não circulante	<u>10.579</u>

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

13. Partes relacionadas

		Controladora					
		31/12/2014					
		Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante*	Não circulante	Circulante	Não circulante*	Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
Natureza das operações							
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S.A.	Mútuo	-	106.655	-	-	-	30.743
TESA - Transportadora de Energia S.A.	Mútuo	-	120.924	-	-	-	39.887
Enel Brasil S.A.	Mútuo	-	-	290.578	-	-	(33.090)
		-	227.579	290.578	-	-	37.540
CTM - Companhia de transmissão del Mercosul S.A.	Linha de interconexão	-	-	-	2.271	-	-
TESA - Transportadora de Energia S.A.	Linha de interconexão	-	2.271	-	-	-	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	Transporte de energia	-	-	-	86.182	-	11.089
Endesa Constanera S.A.	Transporte de energia	-	-	-	32.324	-	4.228
Enel Energy	Prestação de serviço	-	-	101*	-	(52)	-
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Transporte de energia	290	-	-	-	2.129	-
AMPLA energia e serviços S. A.	Transporte de energia	475	-	-	-	3.615	-
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.	Transporte de energia	64	-	-	-	603	-
CDSA - Cachoeira Dourada S. A.	Transporte de energia	127	-	-	-	1.153	-
		956	2.271	101	120.777	7.448	15.317
Total		956	229.850	290.679	120.777	7.448	52.857

		Consolidado					
		31/12/2014					
		Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante*	Não circulante	Circulante*	Não circulante*	Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
Natureza das operações							
Enel Brasil S.A.	Mútuo	-	-	290.578	25.505	-	(38.598)
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A.	Transporte de energia	-	86.686	-	86.182	9.438	11.089
Endesa Constanera S.A.	Transporte de energia	-	33.011	-	32.324	3.329	4.228
Enel Energy	Prestação de serviço	-	-	101*	-	(52)	-
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Transporte de energia	290	-	-	-	2.129	-
AMPLA energia e serviços S. A.	Transporte de energia	475	-	-	-	3.615	-
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.	Transporte de energia	64	-	-	-	603	-
CDSA - Cachoeira Dourada S. A.	Transporte de energia	127	-	-	-	1.153	-
		956	119.697	101	118.506	20.215	15.317
Total		956	119.697	290.679	144.011	20.215	(23.281)

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

13. Partes relacionadas--Continuação

		Controladora					
		31/12/2013					
		Ativo		Passivo		Resultado	
Natureza das operações		Circulante*	Não circulante	Circulante	Não circulante*	Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S.A.	Mútuo	-	89.236	-	-	-	15.175
TESA - Transportadora de Energia S.A.	Mútuo	-	117.167	-	-	-	19.789
Enel Brasil S.A.	Mútuo	-	-	295.400	-	-	(27.015)
		-	206.403	295.400	-	-	7.949
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S.A.	Linha de interconexão	-	-	-	2.271	-	-
TESA - Transportadora de Energia S.A.	Linha de interconexão	-	2.271	-	-	-	-
CTM - Companhia de transmisión del Mercosul S.A.	Substituição Tributária	-	-	-	903	-	-
TESA - Transportadora de Energia S.A.	Substituição Tributária	-	-	-	1.313	-	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A	Transporte de energia	-	-	-	87.738	-	12.999
Endesa Constanera S.A.	Transporte de energia	-	-	-	33.267	-	4.954
Enel Energy	Prestação de serviço	-	-	48*	-	(27)	-
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Transporte de energia	152	-	-	-	1.359	-
AMPLA energia e serviços S. A.	Transporte de energia	298	-	-	-	2.779	-
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.	Transporte de energia	65	-	-	-	656	-
CDSA - Cachoeira Dourada S. A.	Transporte de energia	117	-	-	-	1.170	-
		632	2.271	48	125.492	5.937	17.953
Total		632	208.674	295.448	125.492	5.937	25.902

		Consolidado					
		31/12/2013					
		Ativo		Passivo		Resultado	
Natureza das operações		Circulante*	Não circulante	Circulante*	Não circulante*	Receitas (despesas) operacionais	Receitas (despesas) financeiras
Enel Brasil S.A.	Mútuo	-	-	295.400	19.998	-	(29.730)
CEMSA - Comercializadora del Mercosul S.A	Transporte de energia	-	86.541	-	87.738	11.676	12.999
Endesa Constanera S.A.	Transporte de energia	-	33.285	-	33.267	4.118	4.954
Enel Energy	Prestação de serviço	-	-	48*	-	(27)	-
COELCE - Companhia elétrica do Ceará S. A.	Transporte de energia	152	-	-	-	1.359	-
AMPLA energia e serviços S. A.	Transporte de energia	298	-	-	-	2.779	-
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S. A.	Transporte de energia	65	-	-	-	656	-
CDSA - Cachoeira Dourada S. A.	Transporte de energia	117	-	-	-	1.170	-
		632	119.826	48	121.005	21.731	17.953
Total		632	119.826	295.448	141.003	21.731	(11.777)

* Esses valores são classificados como contas a receber e fornecedores, respectivamente (vide Notas 6 e 10)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

Mútuos com partes relacionadas

- ▶ Os mútuos com a TESA são em dólares norte-americanos e possuem encargos financeiros indexados a taxa Libor, com spread médio de 4,05% a.a.;
- ▶ Os mútuos com a CTM são em dólares norte-americanos, sendo um dos contratos em taxa fixa de 7,5% a.a., enquanto os outros são indexados a taxa Libor, com spread médio de 4,00% a.a..

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

13. Partes relacionadas--Continuação

Segue abaixo a composição dos mútuos registrados no passivo circulante e não circulante com partes relacionadas:

		Controladora					
		31/12/2014					
		Circulante			Não circulante		
Taxas		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Enel Brasil S.A.	CDI + 0,67% a.a.	-	290.578	290.578	-	-	-
	CDI + 2,40% a.a.	-	290.578	290.578	-	-	-
Total		-	290.578	290.578	-	-	-

		Consolidado					
		31/12/2014					
		Circulante			Não circulante		
Taxas		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Enel Brasil S.A.	CDI + 0,67% a.a.	-	290.578	290.578	-	-	-
	CDI + 2,40% a.a.	-	290.578	290.578	-	-	-
Enel Brasil S.A.	Libor + 3,00% a.a.	-	-	-	4.255	21.250	25.505
Total		-	290.578	290.578	4.255	21.250	25.505

		Controladora					
		31/12/2013					
		Circulante			Não circulante		
Taxas		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Enel Brasil S.A.	CDI + 0,67% a.a.	234	295.166	295.400	-	-	-
Total		234	295.166	295.400	-	-	-

		Consolidado					
		31/12/2013					
		Circulante			Não circulante		
Taxas		Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total
Enel Brasil S.A.	CDI + 0,67% a.a.	234	295.166	295.400	-	-	-
Enel Brasil S.A.	Libor + 3,00% a.a.	-	-	-	1.257	18.741	19.998
Total		234	295.166	295.400	1.257	18.741	19.998

Remuneração da Administração

A remuneração total do Conselho de Administração e dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 3.634 (R\$ 3.101 em 2013). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

14. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (controladora e consolidado)

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões para contingências em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Controladora e consolidado			
	31/12/2013	31/12/2014		
	Saldo acumulado	Adições (reversões)	Atualizações monetárias	Saldo acumulado
Trabalhista	6.114	(35)	361	6.440
Cíveis	10.027	-	472	10.499
Fiscais	5.451	33	(4.726)	758
Total	21.592	(2)	(3.893)	17.697

Contingências com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, sendo as mais representativas mencionadas abaixo:

a) Riscos cíveis

a.1) Tractebel

A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela CIEN, do “Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potencia firme e energia associada proveniente da Argentina” firmado em 20 de outubro de 1999, entre CIEN e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S. A (Gerasul) sendo a Tractebel a sua sucessora. Na ação, a Tractebel pede a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante histórico estimado de MMR\$ 117, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de “potencia firme e energia associada”, cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Tractebel ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a CIEN, e seus clientes, incluída a própria Tractebel, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da CIEN e fora de seu controle. A CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestações das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz. O processo se encontra suspenso até o desfecho de outra ação judicial envolvendo as partes, que tem objeto prejudicial ao desenvolvimento dessa.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

a.2) Furnas

Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela CIEN do “Contrato de Potencia Firme com Energia Associada”, celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante histórico estimado de MMR\$ 520 e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a CIEN, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da CIEN e fora de seu controle. A CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. O processo foi julgado improcedente em relação a todos os pedidos feitos por Furnas. No prazo para apresentação de apelação, foi apresentada petição por Furnas, a qual se encontra com o juiz. A CIEN ainda não teve acesso ao teor da referida petição.

b) Riscos fiscais

b.1) PIS/COFINS

A Fazenda Nacional ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança de débitos de PIS e COFINS, nos valores atualizados de R\$ 1.042 e R\$ 4.066 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.008 e 3.932 em 2013). A Companhia aguarda o julgamento dos recursos apresentados.

b.2) IRPJ/CSLL

A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração, em 29 de dezembro de 2008, para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003. A Companhia pagou parcialmente o Auto e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003. O montante impugnado atualizado é de R\$ 7.209 em 31 de dezembro de 2014.

b.3) ICMS - Diferencial de alíquota

Em 2008, o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou execução fiscal, no valor atualizado de R\$ 16.372 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 15.734 em 2013), para cobrar o diferencial de alíquota incidente nos meses de fevereiro, março e abril de 2001. Aguarda-se julgamento do recurso do Estado.

A Companhia apresentou Mandado de Segurança com objetivo de ser reconhecido o seu direito de não recolher o diferencial de alíquota nas aquisições interestaduais. Em razão da Companhia ter aderido ao Programa Ajustar (refinanciamento e parcelamento de dívidas do Estado) e da consequente conversão em renda e levantamento parcial em favor da empresa, o valor remanescente e que se encontra depositado no processo passou a ser de R\$ 613 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.456 em 2013). A Companhia aguarda o levantamento deste valor.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

15. Outras obrigações

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Reserva global de reversão - RGR	5.088	9.801	5.088	9.801
Taxas regulamentares - ANEEL	1.666	1.666	1.666	1.666
Outros	1.890	1.621	7.296	4.904
Total	8.644	13.088	14.050	16.371

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social subscrito e integralizado, está representado, conforme demonstrado abaixo:

	Ordinárias	
	Quantidade	%
Enel Brasil S.A.	285.044.680	99,98
Outros	2	0,02
Total	285.044.682	100,00

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo nos termos do art.202, §3º, II da Lei 6.404/76. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

Por deliberação do Conselho de Administração da Companhia realizada em 23 de outubro de 2014, foram deliberados dividendos no montante de R\$ 50.000 sob a forma de dividendos intercalares. Desse montante, o valor de R\$ 30.000 foram liquidados ao longo do exercício de 2014, enquanto o saldo remanescente será liquidado no decorrer do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2015.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Para o exercício de 2014, além dos dividendos mínimos no valor de R\$ 10.626, a Administração está propondo dividendos adicionais de R\$ 31.879, perfazendo o total de distribuição proposto de R\$ 42.505.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta:

	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	44.742
(-) Reserval legal	(2.237)
Lucro líquido ajustado	42.505
Dividendos mínimos obrigatórios	10.626
Dividendos propostos	31.879

e) Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações ("CPC 02") que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$ 2.089 (R\$1.824 em 2013) decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosur S.A. - CTM e Transportadora de Energia S.A. - TESA.

Em 31 de dezembro de 2014, a controladora CIEN possui registrado na rubrica de outros resultados abrangentes o valor de R\$ 4.210 (R\$ 2.121 em 2013).

17. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita bruta de vendas				
Disponibilização da rede de transmissão	311.925	270.485	311.925	270.485
Disponibilização da rede de transmissão com partes relacionadas	7.500	5.964	20.267	21.758
Outras receitas	-	1.117	-	1.117
Total da receita bruta de vendas	319.425	277.566	332.192	293.360
Deduções da receita bruta				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(8.459)	(8.662)	(8.459)	(8.662)
Programa de integração social - PIS	(5.176)	(4.502)	(5.176)	(4.502)
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	(23.843)	(20.734)	(23.843)	(20.734)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.792)	(2.501)	(2.792)	(2.501)
Total de deduções de receita	(40.270)	(36.399)	(40.270)	(36.399)
Receita líquida	279.155	241.167	291.922	256.961

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

18. Custo e despesas operacionais

	Controladora			
	Custo do serviço	Despesas gerais, adm. e operacionais	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	(7.123)	(10.105)	(17.228)	(14.603)
Administradores	(1.171)	(1.461)	(2.632)	(2.274)
Material	(613)	(6)	(619)	(482)
Transp. potência	(12.601)	-	(12.601)	(17.265)
Serviços de terceiros	(12.848)	(2.764)	(15.612)	(15.816)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	2	2	(262)
Depreciação/amortização	(52.546)	(66)	(52.612)	(52.383)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	-	(2.293)	(2.293)	-
Outras	-	(5.666)	(5.666)	(3.597)
Total	(86.902)	(22.359)	(109.261)	(106.682)

	Consolidado			
	Custo do serviço	Despesas gerais, adm. e operacionais	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	(7.123)	(11.478)	(18.601)	(15.966)
Administradores	(1.171)	(1.461)	(2.632)	(2.274)
Material	(613)	(6)	(619)	(482)
Transp. potência	(12.601)	-	(12.601)	(17.265)
Serviços de terceiros	(13.948)	(3.250)	(17.198)	(17.717)
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	2	2	(262)
Depreciação/amortização	(55.008)	(66)	(55.074)	(55.435)
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	-	(2.293)	(2.293)	-
Outras	-	(5.666)	(5.666)	(3.597)
Total	(90.464)	(24.218)	(114.682)	(112.998)

19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receitas financeiras				
Encargos sobre mútuos	37.631	8.698	-	-
Renda de aplicação financeira	3.199	1.127	3.248	1.211
Outras receitas financeiras	1.159	1.675	1.159	1.675
Total das receitas financeiras	41.989	11.500	4.407	2.886
Despesas financeiras				
Partes relacionadas				
Encargos de dívidas	(33.833)	(27.015)	(39.341)	(27.588)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	3.893	(719)	3.893	(719)
Outras despesas financeiras	(6.806)	(3.980)	(1.495)	(4.037)
Total das despesas financeiras	(36.746)	(31.714)	(36.943)	(32.344)
Variações cambiais, líquidas				
Varição cambial ativa	92.953	78.750	93.372	87.940
Varição cambial passiva	(44.050)	(34.750)	(109.310)	(99.707)
Total das variações cambiais, líquidas	48.903	44.000	(15.938)	(11.767)
Total	54.146	23.786	(48.474)	(41.225)

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

20. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social correntes

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2014		31/12/2013		31/12/2014		31/12/2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	122.063	122.063	110.938	110.938	128.766	128.766	102.738	102.738
Aliquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%	15%	9%	15%	9%
Aliquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-	10%	-	10%	-
	(30.492)	(10.986)	(27.711)	(9.984)	(32.168)	(11.589)	(25.661)	(9.246)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo								
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(26.443)	(9.519)	(10.542)	(9.871)	(26.443)	(9.519)	(10.542)	(9.871)
Controlada no exterior	-	-	-	-	1.827	(6.251)	(1.996)	7.408
Incentivos fiscais e outros	119	-	375	-	119	-	375	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(56.816)	(20.505)	(37.878)	(19.855)	(56.665)	(27.359)	(37.824)	(11.709)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(43.830)	(15.831)	(27.746)	(10.132)	(43.830)	(15.831)	(27.746)	(10.078)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.986)	(4.674)	(10.132)	(9.723)	(12.835)	(11.528)	(10.078)	(1.631)
Total	(56.816)	(20.505)	(37.878)	(19.855)	(56.665)	(27.359)	(37.824)	(11.709)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora				Consolidado			
	Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado		Balancos patrimoniais		Demonstrações do resultado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
IR e CS sobre diferenças temporárias	75.416	89.598	(14.182)	(12.875)	84.228	108.551	(20.885)	(4.729)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67.396	66.771	625	-	67.396	66.771	625	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	6.068	7.392	(1.324)	222	6.068	7.392	(1.324)	222
Variação cambial não realizadas	(38.443)	(24.915)	(13.528)	(13.059)	(38.443)	(24.915)	(13.528)	(13.059)
Outras	40.395	40.350	45	(38)	49.207	59.303	(6.658)	8.108
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	54.859	58.337	(3.478)	(6.980)	54.859	58.337	(3.478)	(6.980)
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	54.859	58.337	(3.478)	(6.980)	54.859	58.337	(3.478)	(6.980)
Total	130.275	147.935	(17.660)	(19.855)	139.087	166.888	(24.363)	(11.709)

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

21. Objetivos e políticas para a gestão de riscos financeiros

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado.

Fatores de risco

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim enumerados:

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos com partes relacionadas em moeda estrangeira.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Partes relacionadas				
Contas a receber	-	-	119.697	119.826
Mútuos	227.579	206.403	(25.505)	(19.998)
Fornecedores	(120.777)	(125.492)	(118.506)	(121.005)
Exposição líquida	106.802	80.911	(24.314)	(21.177)

b) Risco de crédito

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos de perdas com as aplicações financeiras.

c) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e aos empréstimos com partes relacionadas.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia, caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação de 2014 fossem iguais as esperados para 2015, segundo projeções baseadas na curva futura da Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo ("BM&FBovespa"):

31/12/2014	Aumento (redução)	Efeitos	
	em pontos base	No resultado	No patrimônio
Passivos financeiros			
CDI	0,13%	(385)	(385)

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na Nota 12, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 4 e 5) e pelo patrimônio líquido da companhia.

O índice de endividamento no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é de 0,07% negativo e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é de 0,01% negativo.

e) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos com terceiros e com partes relacionadas da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de juros e do principal:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2014						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	274	541	2.385	11.117	1.200	15.517
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	202.468	88.435	-	-	-	290.903
	<u>202.742</u>	<u>88.976</u>	<u>2.385</u>	<u>11.117</u>	<u>1.200</u>	<u>306.420</u>
31 de dezembro de 2013						
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	-	-	297.226	-	-	297.226
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>297.226</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>297.226</u>

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

	Categoria	Nível	Controladora			
			31/12/2014		31/12/2013	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	23.752	23.752	5.465	5.465
Titulos e valores mobiliarios	Valor justo por meio de resultado	2	22.840	22.840	2.001	2.001
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	2	42.078	42.078	37.908	37.908
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	2	227.578	227.578	206.403	206.403
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	12.971	12.804	-	-
Empréstimo com partes relacionadas em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	290.578	288.068	295.400	295.400
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	13.782	13.782	27.374	27.374
Consolidado						
	Categoria	Nível	Consolidado			
			31/12/2014		31/12/2013	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	24.116	24.116	6.137	6.137
Titulos e valores mobiliarios	Valor justo por meio de resultado	2	23.045	23.045	3.748	3.748
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	2	159.504	159.504	155.463	155.463
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	12.971	12.804	-	-
Empréstimo com partes relacionadas em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	316.083	316.083	315.398	315.398
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	132.745	132.745	149.056	149.056

As aplicações financeiras registradas nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

22. Participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos, metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação para o exercício de 2014 foi de R\$3.859 (R\$2.039 em 2013).

23. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Enel. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 1 de novembro de 2014 a 31 de outubro de 2015.

Risco	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização
	De	Até		
Risco Operacional	01/11/2014	31/10/2015	R\$ 1.106.570	R\$ 1.536.382
Responsabilidade Civil	01/11/2014	31/10/2015	n/a	R\$ 490.700